

Manipulação estratégica, elite política e qualidade da democracia: revisitando o conceito de herestese, de William H. Riker

Carlos Federico Domínguez Avila

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

carlos.dominguez.avila@gmail.com

Brasil¹

Aldira Guimarães Duarte Domínguez

Universidade de Brasília

aldira@unb.br

Brasil²

Strategic manipulation, political elite and the quality of democracy: Revisiting William H. Riker's concept of heresthetics

Recibido: 16 de enero de 2024

Aceptado: 30 de marzo de 2024

Chegaram os sarracenos, e nos moeram a paus, pois Deus ajuda os maus, quando são mais que os bons.

Ditado popular espanhol de origem medieval.

¹ Orcid ID: 0000-0003-2377-276X. Atualmente realiza estágio de pós-doutoramento no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da UERJ, com bolsa da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

² Orcid ID: 0000-0002-6481-6055.

Resumo

O artigo examina o conceito de herestese, originalmente proposto por William H. Riker, na década de 1980. O referido conceito diz respeito à arte da manipulação estratégica na política democrática, quer quando acontece entre líderes e cidadãos, quer quando ocorre entre os integrantes da elite ou grupo dominante na hierarquia social. Em termos teórico-metodológicos, o artigo se inspira na teoria das elites políticas, na história conceitual do político, e nos estudos interdisciplinares sobre a qualidade da democracia. Infe-re-se que o conceito de herestese assume uma relevância muito significativa no contexto de numerosos casos de erosão do regime na contemporaneidade, situação que poderia ser parcialmente atribuída ao – desalentador – desempenho de elites políticas, tanto em democracias liberais, quanto em democracias eleitorais.

Palavras-chave

Teoria das elites políticas, História conceitual do político, Qualidade da democracia, Regime político, Herestese.

Abstract

The article examines the concept of heresthetics, originally proposed by William H. Riker, in the 1980s. This concept concerns to the art of strategic manipulation in democratic politics, whether between leaders and citizens, or between members of the elite or ruling class. In theoretical-methodological terms, the article is inspired by the theory of political elites, the conceptual history of politics, and interdisciplinary studies on the quality of democracy. It is inferred that the concept of heresthetics assumes a very significant relevance in the context of numerous cases of democratic backsliding, a situation partially attributed to the – disheartening – performance of political elites, both in liberal democracies and in electoral democracies.

Keywords

Theory of political elites, Conceptual history of politics, Quality of democracy, Political regime, Heresthetics.

Introdução

O propósito deste artigo é revisitar o conceito de herestese, proposto pelo politólogo estadunidense William H. Riker (1920-1993). Durante as décadas de 1970 e 1980, o referido autor encabeçou a denominada escola de Rochester, e foi reconhecido como um importante pesquisador no campo da teoria das elites políticas. Nessa linha, o conceito de herestese – neologismo que designa à arte da manipulação estratégica na política democrática – se erige no foco do texto. Ainda que pouco conhecido nas comunidades acadêmicas do Brasil e de países vizinhos, as contribuições rikerianas continuam sendo relevantes, sobretudo em um contexto de erosão da democracia e/ou autocratização global (Bermeo, 2016).

Ocorre que, para não poucos pesquisadores especializados na teoria das elites (Higley, 2006), na história conceitual do político (Rosanvallon, 2010) ou na qualidade da democracia (Morlino, 2011), uma parcela significativa de responsabilidade pela mencionada erosão do regime em numerosos países parece estar correlacionada ao – desalentador – desempenho das correspondentes lideranças, grupos dominantes ou classes dirigentes. Isso inclui tanto a relação entre líderes políticos e os cidadãos-eleitores, quanto os vínculos entre os próprios integrantes do grupo dominante na hierarquia social (governo-oposição, executivo-legislativo-judiciário, maioria-minoria). Além disso, o conceito de herestese termina sendo relevante em contextos de alta vulnerabilidade político-social, quer em democracias liberais, quer em democracias eleitorais. Naturalmente, isso inclui à maioria dos países latino-americanos e caribenhos (Faoro, 2001).

Em termos metodológicos, o artigo é resultado de pesquisa com fontes secundárias. Foi realizada uma revisão de literatura especializada, seguida de análise interpretativa. A pergunta orientadora é a seguinte: após de quarenta anos ter sido apresentado por William H. Riker, como e por que o conceito de herestese poderia ser reinterpretado na contemporaneidade? A hipótese de trabalho sugere que o conceito de herestese – quer dizer, a arte da manipulação estratégica na política democrática – continuaria sendo relevante, mormente no triplo esforço de promover o regime eleitoral-representativo, conter o abuso de poder político, e lutar contra o autoritarismo. Todavia, além desta introdução, a

estrutura interna do artigo inclui três seções principais, as considerações finais e as referências bibliográficas.

Preâmbulo teórico-etodológico

Analisar a compatibilidade entre a elite política e a qualidade da democracia tem sido uma das tarefas mais importantes das ciências sociais e humanas ao longo de gerações. O assunto cobrou ainda mais urgência e relevância no contexto global de autocratização vigente desde começos do século XXI. Situação que se manifesta, por exemplo, na alta e crescente desconfiança das sociedades nas suas lideranças políticas, observada em muitos países do continente e do mundo (V-Dem, 2023). Sabe-se que essa desconfiança se agravou no meio de escândalos de corrupção, descontinuidade de políticas públicas, questionamentos relativos à representação e representatividade, desigualdades políticas persistentes e outras situações semelhantes (Rosanvallon, 2011).

Nesse contexto, o estudo e a pesquisa sobre a liderança, grupo dominante ou classe dirigente, suas características, interesses, sentimentos e correlações com a sociedade e o Estado – principalmente no caso de regimes de orientação democrática –, é o problema objeto da denominada teoria das elites políticas (Prewitt e Stone, 1993). *Grosso modo*, uma elite é uma parcela muito pequena da população que detêm ao menos um valor básico ou relevante para essa sociedade. Sendo assim, existem diferentes tipos de elites que detêm prestígio e predomínio setorial conforme os valores mais significativos da referida sociedade. Eis os casos das elites políticas, econômicas, culturais, sociais, esportivas, científicas, sindicais, intelectuais, artísticas, dentre outras.

Pars pro toto, as elites são minorias dominantes porque conduzem, difundem seus critérios e seus comportamentos, formam e induzem a opinião pública e, às vezes como a elite governante, também exercem o poder político (Putnam, 1976). Na prática, os membros das distintas elites tendem a se aglutinar. Isso é especialmente notório no caso da elite econômica, já que usualmente ela também forma parte das outras elites, mormente do grupo politicamente dominante na hierarquia social. Cumpre acrescentar que o estudo das elites é uma temática com longa trajetória acadêmi-

ca, principalmente no tocante às elites políticas. A esse respeito, Norberto Bobbio (1998) pondera que:

Por teoria das Elites ou elitista – de onde também vem o nome de elitismo – se entende a teoria segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. [...] a teoria das Elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das Elites políticas, ela pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito grupo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância. (p. 385)

Para os fins deste artigo, é importante corroborar junto a Bobbio (1998) que a teoria das elites políticas sugere que em toda sociedade existe – sempre e apenas – uma minoria que, por variadas razões e formas, é detentora desse poder, em contraposição a uma maioria ou massa que dele está privada. Outrossim, constata-se que o poder político é exercido – ou melhor, é apropriado – por um restrito círculo de pessoas, que inclui a grupos não-governantes ou opositoristas. Todavia, teórica e empiricamente, o poder político implica a capacidade de tomar e impor decisões válidas para todos os membros da sociedade/coletividade, mesmo que se tenha que recorrer ao uso da força física legítima, em última instância (Sartori, 1994).

Na história do pensamento político existe uma longa relação de autores que se debruçaram no estudo e pesquisa das elites políticas. Entre esses autores conceituados podem ser citados desde Aristóteles, Platão e Maquiavel, até Gaetano Mosca (1966), Vilfredo Pareto (1991), Robert Michels (1982) ou Karl Deutsch, bem como Joseph Schumpeter (1961), Charles Wright Mills (1981), Suzanne Keller (1991) e William H. Riker (1982). Muitas das contribuições desses autores permitiram aos teóricos elitistas a geração de inferências empiricamente verificáveis, sobretudo no caso de regimes democráticos.

Dentre essas inferências destacam-se as seguintes, (i) o elitismo político sugere que em toda sociedade organizada, as relações

entre indivíduos ou grupos são relações de desigualdade. Logo, (ii) a causa principal da desigualdade está na distribuição desigual do poder (econômico, político, ideológico), isto é, o poder tende a ficar concentrado nas mãos de um grupo restrito de pessoas. Em terceiro lugar, (iii) afirma-se que entre as várias formas de poder, uma das mais determinantes é o poder político (Best e Higley, 2018).

Em paralelo, (iv) os autores do elitismo deduzem que aqueles que detêm o poder (político) são sempre uma minoria. Em quinto lugar, (v) aparece a famosa correlação entre Minorias organizadas-Maiorias desorganizadas; ou seja, uma das causas principais que explicam o fato de que uma minoria consegue dominar um número bem maior de pessoas jaz na constatação de que os membros da classe ou grupo dominante na hierarquia social, sendo poucos e tendo interesses em comum, têm ligames entre si e são solidários pelo menos na manutenção das regras do jogo, que permitem, ora a uns, ora a outros, o exercício alternado do poder. Em sexto lugar, (vi) um regime se diferencia de outro no modo do surgimento, evolução, recrutamento, circulação, exercício do poder, e finalmente decadência da classe dirigente. Por último, mas não menos importante, (vii) a teoria do elitismo considera que o elemento oposto à elite é a massa, a qual constitui o conjunto de pessoas que não tem poder politicamente relevante, são numericamente maioria, ou são organizados por aqueles que participam do poder da classe dominante e estão, portanto, a serviço da classe dominante (Dryzek e List, 2003).

Mais recentemente, no marco da renovação impulsionada pelos estudos e pesquisas sobre a qualidade da democracia desde a década de 1980, a teoria das elites políticas foi estimulada a revisar a complexa e multidimensional correlação entre as partes. Eis a noção do Elitismo democrático, com foco na pesquisa acerca da qualidade da liderança, na competição, nas mudanças no perfil dos grupos dominantes, na circulação das elites no regime democrático – inclusive ao interior dos partidos políticos –, e na autogestão.

John Higley e Heinrich Best (2010), por exemplo, observam as divergências entre elites consensualmente unidas e desunidas, especialmente em termos doutrinários ou ideológicos. Além disso, os referidos autores sugerem que as elites são responsáveis pela “criação e sustentação das democracias”. Concomitantemen-

te, procura-se a construção de equilíbrios estáveis e pluralismo. Também está presente nas preocupações desses autores o relativo às transformações no recrutamento e o perfil dos parlamentares, especialmente no âmbito nacional, regional e local.

Ao mesmo tempo, Eva Etzioni-Halevy (1999) ausculta a vinculação entre elites, desigualdade e qualidade da democracia nas sociedades ultramodernas. A autora israelense julga relevante reconhecer os esforços das elites políticas para agir com Liberdade e com ética. Ela também demanda de maior sensibilidade dos grupos dominantes na hierarquia social diante das necessidades dos mais desfavorecidos. Isto é, atenção para a inclusão social como tarefa prioritária das lideranças políticas, mormente em contextos de alta vulnerabilidade. Portanto, tratar-se-ia de uma virtual renovação do contrato social, que necessariamente deverá se atentar para as convergências, as afinidades eletivas e as desarmonias usualmente existentes entre as elites, Estado e classe social.

Leonardo Morlino (2011) considera que a liderança política é importante no estudo e pesquisa da qualidade da democracia efetivamente existente. Sob uma perspectiva mais abrangente, é pertinente acrescentar que, dentre as diferentes alternativas teórico-metodológicas disponíveis para se aproximar à temática interdisciplinar da qualidade da democracia, o modelo analítico desenvolvido pelo referido acadêmico italiano é especialmente significativo e influente neste ensaio. Portanto, neste artigo se aceita, junto a Morlino (2011, p. 7), que: “Uma boa democracia ou bem uma democracia de qualidade é aquela ordem institucional estável que permite a realização da liberdade e igualdade dos cidadãos através de instituições e mecanismos adequadamente funcionais.”

Perceba-se o esforço desse autor em propor um modelo analítico que possa aproveitar os conhecimentos gerados nos principais enfoques da teoria democrática contemporânea; quer dizer, a democracia eleitoral, participativa, igualitária, majoritária, consensual, deliberativa e/ou liberal. Do mesmo modo, no modelo morliniano recomenda-se auscultar e mensurar questões de conteúdo, de resultado e de procedimento.

Especificamente o atinente à liderança política está presente nas seguintes dimensões da qualidade da democracia: Estado de Direito, prestação de contas eleitoral e interinstitucional, competição, e responsividade. Todavia, esse autor italiano alerta que,

³ Algumas das estratégias de subversão que atentam contra a qualidade da democracia na atualidade são as seguintes: (i) redução da liberdade de expressão, (ii) repressão das organizações da sociedade civil, (iii) enfraquecimento do Estado de Direito, (iv) redução da qualidade dos processos eleitorais, (v) violência política contra opositores, (vi) desinformação, discurso de ódio e divulgação de notícias falsas, (vii) cerceamento dos canais de deliberação e participação política, (viii) redução da liberdade acadêmica e cultural, e (ix) polarização. Essas estratégias podem ser comparadas com as apresentadas pelo próprio Riker (1986), e que serão analisadas em páginas subsequentes deste artigo

William H. Riker, a herestese e a arte da manipulação estratégica em democracias realmente existentes

⁴ Na fase da revisão da literatura especializada deste ensaio, por exemplo, foi possível identificar um único artigo publicado em revistas científicas brasileiras de alto impacto que se debruçaram no modelo rikeriano ou no conceito de herestese. Trata-se do texto de Fátima Anastasia, Christopher Mendonça e Helga Almeida (2012). Resumidamente, o referido trabalho procura aplicar e analisar o impacto do conceito de herestese nas relações entre o Executivo e Legislativo federal brasileiro. Mais especificamente, a referida contribuição ausculta a manipulação estratégica implementada dos parlamentares das comissões de relações exteriores e defesa nacional diante das propostas encaminhadas pelo Executivo ao Congresso Nacional.

em certas oportunidades, parcelas da classe dirigente podem formular e implementar o que ele denominada de “estratégias de subversão”, com graves implicações, especialmente ao enfraquecer o controle popular, a transparência, o equilíbrio entre poderes republicanos, e outras ações semelhantes.³

Por conseguinte, cumpre insistir que, em um contexto global de autocratização, o elitismo democrático ganhou maior urgência e relevância, inclusive no continente latino-americano e caribenh. Ocorre que a qualidade da liderança política está sendo testada pelas ameaças de líderes fortes (cesarismo), neopopulistas ou propriamente autocráticos. Eis questões centrais tanto para o elitismo, como para a teoria democrática contemporânea, especialmente o relativo à arte da manipulação estratégica ou à tomada gradual do poder – ambas as situações sumamente preocupantes (Przeworski, 2020).

William H. Riker (1920-1993) foi um dos mais importantes autores do elitismo democrático, principalmente dos vinculados à Escola de Rochester (Amadae e Bueno de Mesquita, 1999). Ainda que pouco conhecido na comunidade acadêmica latino-americana,⁴ esse professor se destacou em temas convergentes com a teoria das elites políticas. Ele também avançou na teoria das escolhas sociais, na teoria dos jogos, na noção das falhas do governo democrático, e na teoria econômica da política. Embora não isento de críticas, nomeadamente por sustentar uma concepção aparentemente aristocrática do regime democrático, bem como certo conservadorismo, esse pesquisador deixou um legado importante, pelas suas implicações teórico-metodológicas e empíricas, até mesmo no tocante ao conceito de herestese. Segundo o próprio Riker (1983), dito conceito pode ser entendido da seguinte forma:

Herestese, na minha cunhagem da palavra, tem a ver com a manipulação da estrutura de gostos e alternativas dentro das quais as decisões são tomadas, tanto a estrutura objetiva quanto a estrutura que aparece aos participantes. É o estudo da estratégia da decisão (p. 55).

Para o referido autor, o neologismo herestese teria sido inspirado no grego antigo. Ele compartilharia a mesma raiz da palavra heresia. Riker comenta que não quis utilizar em seu trabalho acadêmico o termo heresia pelas suas conotações e implicações mágico-religiosas. Destarte, a noção de herestese teria relação com a manipulação estratégica, as habilidades de retórica, convencimento e persuasão, o desejo de ganhar no jogo político (astúcia, sagacidade, esperteza) e até com o abuso de poder. Para o autor, dita manipulação estratégica na política democrática poderia vir a acontecer tanto nas relações entre a liderança política e as massas (prestação de contas eleitoral ou vertical), como ao interior do grupo dominante (prestação de contas interinstitucional ou horizontal). Sendo que esta última categoria inclui as relações governo-oposição, executivo-legislativo-legislativo, maioria-minoria, ou centralismo-federalismo. “Embora a coleção de casos herestéticos seja recente, o envolvimento humano [na manipulação estratégica] é fácil de observar em diferentes épocas e lugares. A herestese é de fato universal”, acrescenta a mesma fonte (Riker, 1983, p. 56).

O trabalho seminal que abordou o conceito de herestese foi publicado por Riker (1983) em formato de capítulo. Previamente, ele tinha publicado obras bastante conhecidas sobre as interioridades e peculiaridades da política doméstica dos Estados Unidos. Posteriormente, Riker (1986) lançou sua obra principal no tocante ao problema-objeto deste ensaio; isto é, *The Art of Political Manipulation*. Vale sublinhar que esses trabalhos sobre a manipulação estratégica na política democrática se fundamentavam em consistentes bases teóricas (teorema da impossibilidade de Arrow), empíricas (deliberação, participação política, captura do Estado) e historiográficas (estudos greco-romanos ou clássicos, história política estadunidense desde a época da independência). Sendo assim, o acadêmico em questão impulsionou um esforço para compreender o exercício das técnicas do poder nas demo-

cracias realmente existentes. Por conseguinte, ele é considerado como um dos principais elitistas democráticos estadunidenses das décadas de 1970 e 1980.

Em paralelo, dando continuidade às inferências básicas da teoria das elites políticas citadas em parágrafos prévios, o conceito de herestese pressupõe que existem brechas importantes entre as normas e legislação formal, de um lado, e a prática política cotidiana, especialmente na relação liderança-massa, bem como ao interior da classe política. Tais brechas na legislação são conhecidas e efetivamente aproveitadas com ganhos marginais por políticos herestéticos. Fundamentalmente, a herestese poderia acabar se manifestando através da demagogia, da captura do Estado, do messianismo, do populismo ou da assim chamada “tirania da maioria”.

Para além disso, o político herestético tenderia a privilegiar o pragmatismo, a criatividade, a sagacidade, e a esperteza. Observem-se as afinidades eletivas entre o conceito de herestese e a noção da “raposa política” de Pareto (1991). Concomitantemente, Riker (1986, p. ix) pondera que a: “Herestese é uma arte, não uma ciência.” Por conseguinte, “Não existe um conjunto de leis científicas que possam ser mais ou menos mecanicamente geradas para gerar estratégias bem sucedidas.”

A manipulação estratégica na política democrática inerente ao conceito de herestese se consegue atingir pela via da aplicação de certas técnicas, com a finalidade assegurar vitórias no jogo político, especialmente em termos parlamentares e eleitorais. Por conseguinte, trata-se de ajustar os recursos disponíveis com vistas a ganhar no processo político. Naturalmente, isso implica realizar um esforço sistemático para transformar situações eventualmente desfavoráveis em favoráveis, para atingir os objetivos desejados (Drew, 2019). Acredita-se que um político herestético – isto é, astuto, sagaz, oportunista, trapaceiro ou audacioso – pode manipular os processos de tomada de decisão, com importantes consequências eleitorais, governamentais ou institucionais.

Em conformidade com o modelo rikeriano, entre essas técnicas destacam-se: (i) a manipulação de dimensões, entendida como a possibilidade de expandir ou reduzir os tópicos desejáveis ou não da agenda de trabalho (modelagem de escolhas, economia política, relação executivo-legislativo); (ii) o controle da agenda,

quer dizer manejar a sequência na qual os processos de tomada de decisão são determinados, isso inclui privilegiar as escolhas que mais interessam (teoria de formação da agenda política); e (iii) o voto estratégico – principalmente no debate legislativo –, procurando influenciar ao máximo os processos de tramitação e votação, sendo que em alguns casos, seria razoável sacrificar interesses de curto prazo desde que sejam assegurados outros interesses de longo prazo (sistemas e táticas de votação) (Riker, 1983, p. 63-64). Perceba-se que algumas dessas técnicas herestéticas citadas no modelo rikeriano poderiam ser comparáveis às assim chamadas “estratégias de subversão” denunciadas por Morlino (2011).

Junto às técnicas anteriores, Riker outorga grande relevância à retórica, deliberação, participação e ação comunicativa em regimes democráticos (Cohen, 2007). Em efeito, o acadêmico em referência considera que um político herestético deverá ter uma importante capacidade de convencimento, razoabilidade e persuasão, tanto no tocante ao relacionamento com os cidadãos eleitores ou massa, quanto na interlocução junto aos pares do grupo dominante.

Com relação aos primeiros, o modelo rikeriano concorda com Joseph Schumpeter (1961), no sentido de tirar proveito do baixo interesse que a maioria dos eleitores tem em relação aos programas e campanhas políticas. Vale reiterar que em vários trabalhos publicados, Riker e outros teóricos da escola de Rochester são céticos em relação aos sistemas e mecanismos de votação, tanto quanto ao valor do voto como expressão das preferências reais dos eleitores. Com efeito, fortemente inspirado por Kenneth Arrow (1963; 1983) e seu teorema da impossibilidade – também conhecido como o paradoxo do voto (Brue, 2005, p. 407) –, o modelo rikeriano parece questionar a importância e transcendência dos sistemas de votação, assim como de sua capacidade de aproximar as preferências individuais das escolhas sociais ou garantir o bem-estar econômico e social (Sen, 2007). A esse respeito, considere-se, por exemplo, a seguinte ponderação bastante influenciada pelo teorema da impossibilidade de Arrow:

A razão pela qual as agendas são manipuláveis e, de fato, porque, em geral, todas as instituições são manipuláveis é que para nenhuma dessas instituições pode ser garantido em to-

dos os casos que a escolha social será independente do método pela qual foi escolhida. (Esta é, de fato, uma maneira de afirmar o teorema de Arrow, que é o teorema fundamental da teoria da escolha social). E se a escolha depende em parte da forma como foi selecionada, os políticos podem razoavelmente esperar mudar o resultado se puderem mudar a forma como as perguntas são feitas, ou as considerações que influenciam o julgamento dos participantes, ou a forma como os votos são contados, ou quais votos são contados, e assim por diante. (Riker, 1986, p. 142).

Já em relação à interlocução junto aos pares, o mesmo autor demonstra com numerosos exemplos históricos as capacidades de certos políticos que, através da aplicação do conceito de herestese, conseguiram transformar cenários potencialmente desvantajosos em resultados favoráveis, especialmente em campanhas eleitorais, relações executivo-legislativo ou debates legislativos de alta relevância e transcendência. Eis o famoso ditado: “Conversando a gente se entende”. Sem esquecer que a elite política normalmente tem interesses estratégicos e coletivos a defender, e em benefício próprio (Dryzek, 2002).

Em síntese, no marco geral da teoria das elites políticas, Riker constata que nas democracias realmente existentes a manipulação estratégica e as atividades cotidianas da liderança política geram impactos significativos (Mackie, 2014). No fundamental, esse autor manifesta reiteradamente preocupações relacionadas às eventuais ameaças da “tirania das maiorias”, ao fenômeno político-social do “populismo” – caracterizado de forma bastante laxa ou elástica (Dowding, 2006) –, ou mesmo da dignidade republicana do conjunto do grupo dominante na hierarquia social. Sendo assim, o conceito de herestese acaba iluminando uma situação bastante problemática e desafiante para o elitismo, para a teoria política contemporânea e para os estudos interdisciplinares sobre a qualidade da democracia (Ruostetsaari, 2006).

Sobre “raposas”, demagogos e espertalhões: testando os limites do modelo rikeriano na contemporaneidade

O conceito de herestese foi, como dito, proposto por William H. Riker (1983; 1986). Trata-se de um neologismo cuja raiz gramatical provém do grego antigo, e compartilha a noção de heresia – porém sem uma concepção teológica ou mágico-religiosa. Nesse sentido, um político herestético vem a ser um agente manipulador, astuto, sagaz e mesmo ardiloso. Nessa categoria também entrariam demagogos, inovadores, espertalhões e trapaceiros. Não está claro se o referido conceito inclui casos de evidente corrupção política e condutas criminosas conexas, bem como a prática do *lobby*. Portanto, sob o ponto de vista da teoria das elites políticas, o conceito de herestese se aproxima da noção da “raposa” no sentido paretiano. Isto é, um agente habilidoso, jeitoso, competente e que consegue se dar bem no jogo político (McLean, 2002).

Perceba-se que as principais técnicas relacionadas ao conceito de herestese – quer dizer, o controle da agenda, o voto estratégico e a manipulação das dimensões – podem ser corroboradas, quer em democracias liberais, quer em democracias eleitorais. Logo, sob o ponto de vista acadêmico, a arte da manipulação estratégica teria um lastro teórico-metodológico e empírico bastante consistente, inclusive em contextos de alta vulnerabilidade (Vidal, 2012).

A bem da verdade, a mencionada manipulação estratégica é muito mais antiga que o modelo desenvolvido por Riker e outros representantes da escola de Rochester. Considerando tão somente à época moderna e contemporânea, ela tem antecedentes desde o processo de ampliação da cidadania política, das lutas pela democracia e da formação dos modernos Estados-nacionais nos séculos XVI a XX (Strauss e Cropsey, 2013). Aliás, muitos dos exemplos históricos citados por Riker para convalidar seu conceito de he-

⁵⁾ Riker (1983; 1986) também utiliza numerosos exemplos da antiguidade greco-romana para sustentar a validade, confiabilidade e pertinência do conceito de herestese.

restese formam parte do desenvolvimento dos Estados Unidos desde os primeiros anos da independência e formação do Estado, nomeadamente no âmbito das relações executivo-legislativo.⁵ Por conseguinte, a arte da manipulação estratégica na política democrática acompanha, *pari passu*, os esforços orientados ao fortalecimento e qualificação desse tipo de regime, nos mais diversos países e continentes. Daí que, em retrospectiva, a herestese seja, no melhor dos casos, um incômodo companheiro de viagem dos projetos de orientação democrática na contemporaneidade (Weale, 1995).

Para os estudos e pesquisas sobre a qualidade da democracia na atualidade, o desafio derivado do conceito de herestese tornou-se ainda mais relevante. Ocorre que, se de um lado a qualidade da liderança política é sumamente necessária e mesmo incontornável; de outro, em muitos sistemas segmentos das elites podem acabar erodindo a credibilidade do regime democrático, com graves consequências e desdobramentos (Levitsky e Ziblatt, 2018). Isso é particularmente evidente nas dimensões da prestação de contas eleitoral e interinstitucional, da competição e do Estado de Direito. Perceba-se, assim, que as preocupações geradas pela manipulação e seu impacto na política democrática próprias do modelo rikeriano oferece interessantes oportunidades analíticas para os pesquisadores especializados no elitismo (Weale, 1984).

Em paralelo, é recomendável levar em consideração que o referido modelo analítico parte de premissas bastante rígidas, herdadas da teoria econômica da política, bem como de um persistente ceticismo – e até conservadorismo – do próprio Riker, especialmente com relação aos sistemas eleitorais e à qualidade da liderança política nas democracias realmente existentes. Sob um ponto de vista mais abrangente, o assunto em questão é ainda mais relevante considerando o processo de autocratização atualmente em curso, conforme identificado por numerosos analistas e institutos de pesquisa especializados no devir da qualidade da democracia (V-Dem, 2023).

Sobre isso, é pertinente lembrar que, segundo o relatório de Latinobarómetro (2021, p. 41), quando indagada sobre a pergunta: “para quem se governa?”, mais de 70% de uma amostra da opinião pública latino-americana afirmou que “se governa para os interesses de uns poucos.” Somente 20% dos entrevistados acre-

ditavam que os governos democráticos do continente exerciam o poder político “para as maiorias”. Em outras palavras, o desempenho das elites políticas da maior parte do continente era fundamentalmente rejeitado pela opinião pública, por se considerar fundamentalmente que “se governa para grupos poderosos e em seu próprio benefício.” Errada ou não, tal percepção da opinião pública era particularmente marcante em países como Paraguai (93%), Costa Rica (89%) e Equador (87%) – no caso brasileiro, essa opinião seria compartilhada por 71% da amostra.

Outrossim, no mais recente relatório de Latinobarómetro (2023, p. 13), para além de alertar sobre o persistente processo de erosão democrática, se atribui, parcialmente, a responsabilidade por esse estado de coisas ao desempenho da liderança política. No referido documento afirma-se, por exemplo, que “São as elites as que têm fracassado na América Latina.” Acrescentando que as referidas elites políticas “têm erodido a fortaleza das instituições ao tentar forçar as regras do jogo para fincar-se no poder.” Destarte, pondera-se nesse importante documento o seguinte:

A América Latina vive uma crise, principalmente de sua elite, que por sua vez desencadeia uma crise de representação. Essa crise da elite tem seu indicador mais claro na presidência, em uma região onde os personalismos enfraqueceram a democracia. É observada uma ambição excessiva de poder que motiva presidentes, partidos políticos e coligações permanecer no poder, mesmo à custa de quebrar as regras da democracia. Devido à crise e atomização do sistema de partidos políticos, as pessoas se tornam mais importantes, enquanto a abundância de personalismos acentua a crise de representação. (Latinobarómetro, 2023, p. 15)

Os dados e análises interpretativas de Latinobarómetro (2023) são convergentes com o problema-objeto deste artigo. As ponderações acima permitem inferir que a reafirmação do projeto democrático latino-americano —isto é, da terceira macrorregião mais democrática do planeta, e onde 87% de sua população reside em países governados com dito regime político— também dependerá de um desempenho mais eficiente, consequente e republicano da liderança. Em termos operativos, isso implica insistir na relevância da prestação de contas eleitoral e interinstitucional

e na contenção de práticas excessivamente personalistas, herestéticas, populistas, autocratizantes e antirrepublicanas (Rosanvallon, 2018; Tilly, 2007).

Antes de concluir a presente seção do artigo é pertinente acrescentar que tanto a teoria das elites políticas, quanto as contribuições do próprio elitista democrático William H. Riker, receberam algumas críticas (Walker, 1966). Ainda que por razões de espaço não seja possível aprofundar sobre o assunto neste ensaio, em última instância se entende que ambos – isto é, tanto a teoria das elites políticas quanto o modelo rikeriano – são altamente conceituados e legitimados. Além disso, mesmo após quatro décadas de existência, o conceito de herestese mantém uma considerável capacidade explicativa de fenômenos políticos e sociais. Tal capacidade explicativa é relevante principalmente em contextos de alta vulnerabilidade e de eventual erosão da democracia, inclusive pelos seus eventuais desdobramentos no presente e no futuro (Bobbio, 2001; Sen, 2013).

Considerações finais

Apresentado por William H. Riker (1983), o conceito de herestese ainda mantém certa validade, confiabilidade e pertinência, principalmente no contexto da onda de autocratização vigente na atualidade (Lührmann e Lindberg, 2019). Ocorre que muitos desses processos de erosão da democracia – e mesmo de autocratização – são encabeçados por líderes e outros integrantes do grupo político dominante na hierarquia social, previamente escolhidos, legitimados e autorizados pela via eleitoral, porém que terminam seduzidos pela possibilidade do continuísmo, do personalismo e da imposição de estratégias de subversão em relação à ordem eleitoral-representativa (Haggard e Kaufman, 2021). Salvo melhor juízo, parece evidente que essas estratégias de subversão apresentam afinidades eletivas com o conceito de herestese, com a manipulação estratégica e com o abuso do poder político.

Mesmo sendo pouco conhecido nos meios acadêmicos latino-americanos, o modelo analítico de Riker ainda detém certa influência alhures. De fato, pesquisas inspiradas direta ou indiretamente no conceito de herestese estão indo além das tradicionais dimensões da prestação de contas eleitoral e interinstitucional, da competição política ou do Estado de Direito; todas elas importan-

tes sob a perspectiva da qualidade da democracia. Em paralelo, a teoria econômica da política impulsionada pela escola de Rochester continua tendo certo prestígio e relevância, notadamente nas ciências sociais aplicadas e em comunidades epistêmicas de orientação conservadora e liberal (Miller, 1992).

Para os fins deste artigo é especialmente significativo sublinhar que, além das necessárias considerações teóricas, o próprio Riker demonstrou em suas publicações uma persistente preocupação empírica e mesmo historiográfica. Esse cuidado na análise documental e na revisão sistemática da literatura especializada foi fundamental na validação interna e externa de seus dados e interpretações. Eis outro dos pontos fortes do modelo em referência.

Posto isto, entende-se que, tanto para a teoria das elites políticas, quanto para a teoria democrática contemporânea ou mesmo para os estudos sobre a qualidade da democracia, as contribuições do citado autor merecem uma maior atenção dos pesquisadores, inclusive dos historiadores políticos, particularmente dos profissionais especializados na evolução do regime e nas relações entre sociedade e Estado na contemporaneidade. Todavia, acompanhando os – severos – julgamentos presentes no último relatório de Latinobarómetro (2023), relativos às eventuais responsabilidades das elites no tocante ao modesto e até desalentador desempenho na condução dos governos, da formulação e implementação de políticas públicas e da institucionalidade republicana, fica novamente evidenciada a relevância do problema-objeto (Levitsky e Ziblatt, 2023). Eis uma excelente alternativa para futuras pesquisas de relevância e impacto societal, mormente em contextos de alta vulnerabilidade político-social.

Infere-se, portanto, que o desafio analítico e interdisciplinar proposto por Riker a mais de quarenta anos atrás continua vigente. Na verdade, em um contexto de autocratização global, o problema teórico-metodológico e empírico pontuado pelo referido elitista democrático é ainda mais pertinente, complexo e até paradigmático. Evidentemente, entende-se que o modelo rikeriano impele-nos a gerar mecanismos republicanos que permitam conter e eventualmente reverter o excesso de herestese, de manipulação estratégica e de abuso do poder político incentivado por parcelas mais ou menos significativas das elites nas democracias realmente existentes (Pettit, 2012). Tendo dito isso, acredita-se

que existe suficiente lastro de dados e interpretações para considerar como corroborada, ao menos provisoriamente, a hipótese deste artigo.

Referências

- Amadae, S. M., e Bueno de Mesquita, B. (1999). The Rochester School. The Origins of Positive Political Theory. *Annual Review of Political Sciences*, 2, 268-295. DOI: [10.1146/annurev.polisci.2.1.269](https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.2.1.269)
- Anastasia, F., Mendonça, C., e Almeida, H. (2012). Poder legislativo e política externa no Brasil: jogando com as regras. *Contexto Internacional*, 34(2), 617-657. DOI: [10.1590/S0102-85292012000200008](https://doi.org/10.1590/S0102-85292012000200008)
- Arrow, K. J. (1983). *Social Choice and Justice*. Oxford, Reino Unido: Basil Blackwell.
- Arrow, K. J. (1963). *Social Choice and Individual Values*. 2a ed. DOI: <https://doi.org/10.12987/9780300186987>
- Bermeo, N. (2016). On Democratic Backsliding. *Journal of Democracy*, 27(1), 5-19. DOI: <https://doi.org/10.1353/jod.2016.0012>
- Best, H., e Higley, J. (2018). *The Palgrave Handbook of Political Elites*. Londres, Reino Unido: Palgrave MacMillan.
- Best, H., e Higley, J. (2010). *Democratic Elitism. New Theoretical and Comparative Perspectives*. DOI: <https://doi.org/10.1057/978-1-137-51904-7>
- Bobbio, N. (2001). *El futuro de la democracia*. DOI: <https://doi.org/10.22201/fcpys.24484903e.1985.1.60131>
- Bobbio, N. (1998). Teoria das Elites. Em N. Bobbio, N. Matteucci e G. Pasquino. (Eds.), *Dicionário de Política* (4ª ed.) (pp. 385-391). DOI: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2021.v14n1.p127-146>
- Brue, S. L. (2005). *História do Pensamento Econômico*. São Paulo, Brasil: Thompson.
- Cohen, J. (2007). Deliberative Democracy. Em S. W. Rosenberg (Ed.), *Deliberation, Participation and Democracy* (pp. 219-236). DOI: https://doi.org/10.1057/9780230591080_10

- Dowding, K. (2006). Can Populism Be Defended? William Riker, Gerry Mackie and the Interpretation of Democracy. *Government and Opposition*, 4(3), 327-346. DOI: [10.1111/j.1477-7053.2006.00182.x](https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2006.00182.x)
- Drew, J. (2019). How losers can turn into winners in disputatious public policy: a heuristic for prospective herestheticians. *Australian Journal of Political Science*, 54 (1), 167-182. DOI: [10.1080/10361146.2018.1520195](https://doi.org/10.1080/10361146.2018.1520195)
- Dryzek, J. S. (2002). *Deliberative Democracy beyond Liberal Critics and Contestations*. DOI: <https://doi.org/10.1093/019925043X.001.0001>
- Dryzek, J., e List, C. (2003). Social Choice Theory and Deliberative Democracy. A Reconciliation. *British Journal of Political Science*, 33(1), 1-28. DOI: [10.1017/S000712340300001](https://doi.org/10.1017/S000712340300001)
- Etzioni-Halevy, E. (2010). Elites, Inequality and the Quality of Democracy in Ultramodern Society. *International Review of Sociology*, 9(2), 239-250. DOI: [10.1080/03906701.1999.9971310](https://doi.org/10.1080/03906701.1999.9971310)
- Faoro, R. (2001). *Os Donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Brasil: Globo.
- Haggard, S. e Kaufman, R. (2021). *Backsliding: Democratic Regression in the Contemporary World*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Higley, J. (2006). Democracy and Elites. Em F. Engelstad, e T. Gulbrandsen. (Eds.), *Comparative Studies of Social and Political Elites. Comparative Social Research* (pp. 249-263). DOI: [https://doi.org/10.1016/S0195-6310\(06\)23010-2](https://doi.org/10.1016/S0195-6310(06)23010-2)
- Keller, S. (1991). *Beyond the Ruling Class*. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781351289207>
- Latinobarómetro. (2023). *Informe Latinobarómetro 2023: La recesión democrática de América Latina*. Santiago de Chile: Corporación Latinobarómetro.
- Latinobarómetro. (2021). *Informe 2021. Adios a Macondo*. Santiago de Chile: Corporación Latinobarómetro.
- Levitsky, S., e Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. DOI: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2019.0i46.a42042>

- Levitsky, S., e Ziblatt, D. (2023). *Como salvar a democracia*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- Lührmann, A., e Lindberg, S. (2019). A Third Wave of Autocratization is Here: What is New About It? *Democratization*, 7 (26), 1095-1113. DOI: [10.1080/13510347.2019.1582029](https://doi.org/10.1080/13510347.2019.1582029)
- Mackie, G. (2014). The Reception of Social Choice Theory by Democratic Theory. Em S. Novak e J. Elster (Eds.). *Majority Decisions. Principles and Practices* (pp. 77-102). DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781107286160.005>
- Mclean, I. (2002). William H. Riker and the Invention of Heuristic(s). *British Journal of Political Science*, 32 (3), 54-57. DOI: [10.1017/S00071234000224](https://doi.org/10.1017/S00071234000224)
- Michels, R. (1982). *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, Brasil: Edunb.
- Miller, D. (1992). Deliberative Democracy and Social Choice. *Political Studies*, 40 (Especial), 54-67. DOI: [10.1111/j.1467-9248.1992.tb01812](https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.1992.tb01812)
- Mills, C. W. (1981). *A Elite do Poder*. 4a ed. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- Morlino, L. (2011). *Changes for Democracy: Actors, Structures, Processes*. DOI: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199572533.003.0001>
- Mosca, G. (1966). A classe dirigente. Em A. Souza (Ed.). *Sociologia política. Textos básicos de ciências sociais* (pp. 51-69). Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- Pareto, V. (1991). *The rise and fall of elites. An application of theoretical sociology*. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781315134604>
- Pettit, P. (2012). *On the People's Terms: A Republican Theory and Model of Democracy*. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139017428>
- Prewitt, K. e Stone, A. (1993). The Ruling Elites. Em M. Olsen, M. Marger e V. Fonseca (Eds.). *Power In Modern Societies* (pp. 125-136). Londres, Reino Unido: Routledge.
- Przeworski, A. (2020). *Crises da Democracia*. DOI: <https://doi.org/10.15448/2178-5694.2022.1.42896>

- Putnam, R. (1976). *The Comparative Study of Political Elites*. Londres, Reino Unido: Prentice-Hall. DOI: <https://doi.org/10.2307/1954839>
- Riker, W. H. (1986). *The Art of Political Manipulation*. New Haven, Estados Unidos: Yale University Press.
- Riker, W. H. (1983). Political Theory and the Art of Heresthetics. Em A. W. Finifter. (Ed.), *Political Science. The State of the Discipline* (pp. 47-67). Washington, Estados Unidos: American Political Science Association.
- Riker, W. H. (1982). *Liberalism Against Populism. A Confrontation Between the Theory of Democracy and the Theory of Social Choice*. Prospect Heights, Estados Unidos: Waveland Press Inc.
- Rosanvallon, P. (2018). *Good Government. Democracy beyond Elections*. DOI: <https://doi.org/10.4159/9780674986312>
- Rosanvallon, P. (2011). *Democratic Legitimacy. Impartiality, reflexivity, proximity*. DOI: <https://doi.org/10.23943/princeton/9780691149486.001.0001>
- Rosanvallon, P. (2010). *Por uma história do político*. São Paulo, Brasil: Alameda Casa Editorial.
- Ruostetsaari, I. (2006). Elites and Democracy: Are they Compatible? Em F. Engelstad e T. Gulbrandsen. (Eds.). *Comparative Studies of Social and Political Elites. Comparative Social Research* (pp. 265-274). DOI: [https://doi.org/10.1016/S0195-6310\(06\)23011-4](https://doi.org/10.1016/S0195-6310(06)23011-4)
- Sartori, G. (1994). *A teoria da democracia revisitada*. Vol. 1 e 2. São Paulo, Brasil: Ática.
- Sen, A. K. (2013). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo, Brasil: Companhia de Bolso.
- Sen, A. K. (2007). *Elección colectiva y bienestar social*. Madrid, Espanha: Alianza Editorial.
- Schumpeter, J. (1961). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Fundo de Cultura.
- Strauss, L. e Cropsey, J. (2013). *História da Filosofia Política*. Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária.

- Tilly, C. (2007). *Democracy*. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511804922>
- V-Dem (2023). *Democracy Report 2023: Defiance in the Face of Autocratization*. Gotemburgo, Suecia: V-Dem Institute.
- Vidal, G. (2012). *Desigualdad social y equidad política. Ensayos críticos de teoría democrática*. Cidade do México, México: Porrúa e UAM.
- Walker, J. L. (1966). A Critique of the Elitist Theory of Democracy. *The American Political Science Review*, 60 (2), 285-295. DOI: <https://doi.org/10.2307/1953356>
- Weale, A. (1995). William Riker and the theory of democracy. *Democratization*, 2(3), 377-395. DOI: [10.1080/13510349508403447](https://doi.org/10.1080/13510349508403447)
- Weale, A. (1984). Social Choice versus Populism? An Interpretation of Riker's Political Theory. *British Journal of Political Science*, 14 (3), 369-385. DOI: [10.1017/S0007123400003653](https://doi.org/10.1017/S0007123400003653).

